

O CAPITAL FINANCEIRO NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A QUESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: O Caso do Porto Maravilha, Rio de Janeiro

Thiago Sardinha Santos¹

Resumo: O capital financeiro é o principal produtor do espaço urbano global do capitalismo contemporâneo. Várias cidades do mundo passaram por estas transformações e isso vem ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro, especificamente na região central, no chamado Porto Maravilha. Isto num contexto dos Jogos Olímpicos de 2016 em concomitância ao que se convencionou chamar de “projeto de cidade”, também associado aos chamados Megaeventos. Tudo isso causa substanciais impactos na sociabilidade urbana, como segregação, gentrificação, remoções, etc. destacamos a segurança pública. Trata-se de uma resposta ao medo generalizado da violência urbana que corresponde a um território militarizado sob a justificativa da formação de um ambiente seguro com a atuação dos agentes da segurança pública, segurança privada e até mesmo tecnologias aplicada à segurança

Palavras-chave: capital financeiro; militarização do espaço urbano; segurança pública.

FINANCIAL CAPITAL, THE PRODUCTION OF URBAN SPACE AND THE QUESTION OF PUBLIC SECURITY: THE CASE OF THE PORTO MARAVILHA, RIO DE JANEIRO.

Abstract: Financial capital is the main global producer of urban space in contemporary capitalism. The transformations it imposes have affected many cities around the world, and are currently at work in Rio de Janeiro, specifically in the city's central zone, in the harbor area that has become known as “Porto Maravilha” (Wonder Harbor), and in the context of the mega-event oriented urban management policies engendered by the 2016 Olympic Games. This paper argues that those transformations substantially impacted urban sociability inasmuch as they caused segregation, gentrification, displacement of entire neighborhoods, and so on. Public security was specially affected, in response to the generalized fear of urban violence, leading to an increased militarization of the involving state, as well as private, security agents, and the deployment of security technology.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, cursa o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais também da UFRRJ. Contato: thiagogeorural@gmail.com.

Keywords: financial capital; militarization of urban space; public security.

**EL CAPITAL FINANCIERO EN LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO
Y LA CUESTIÓN DE LA SEGURIDAD PÚBLICA:
El caso de Porto Maravilha, Rio de Janeiro.**

Resumen: El capital financiero es el principal productor del espacio urbano global del capitalismo contemporáneo. Varias ciudades en el mundo pasaron por estas modificaciones y en la ciudad de Río de Janeiro ellas también han estado ocurriendo, principalmente en la región central, en el llamado Puerto Maravilla. Esto, en el marco de los Juegos Olímpicos de 2016, en conjunto con el denominado “proyecto de ciudad”, también asociado con los Mega eventos. Todo lo anterior provoca impactos sustanciales sobre la sociabilidad en el espacio urbano, como por ejemplo, segregación, gentrificación, expulsión, etc, con especial atención a la seguridad pública. Se trata de una respuesta al temor generalizado a la violencia urbana que corresponde a un territorio militarizado, sirviendo como excusa para la formación de un ambiente seguro, con la actuación de agentes públicos de seguridad, seguridad privada e, incluso, tecnologías aplicadas a seguridad.

Palabras clave: capital financiero; militarización del espacio urbano; seguridad pública.

O objetivo deste trabalho é analisar os vínculos entre capital financeiro, transformações urbanas e segurança pública no chamado Porto Maravilha, cidade do Rio de Janeiro. Tal processo envolve uma trama complexa de diferentes atores na produção do espaço urbano, cujos nexos se assemelham aos de outras partes no mundo, mas o Rio de Janeiro é uma forma única de cidade com características singulares no capitalismo neoliberal.

A tese central é de que na reestruturação do espaço urbano – aqui a chamada “revitalização” do Porto do Rio –, cada vez mais há um papel central para estratégias incisivas de segurança pública. É nesta lógica global de reestruturação urbana via capital financeiro e controle territorial que a cidade do Rio de Janeiro irá embarcar, mesmo apresentando suas particularidades que a diferenciam das outras cidades.

1. O capital financeiro

As principais esferas do modo de produção capitalista são a produção, a distribuição, a circulação e o consumo. Neste caso, para nosso entendimento, utilizaremos alguns elementos da esfera da produção e da circulação. Em linhas gerais, a produção capitalista nada mais é do que a circulação de dinheiro que precisa transformar-se em mercadoria através de uma relação social de produção, ampliando largamente seu valor e conseqüentemente a quantidade de dinheiro. Portanto, o capital não é uma coisa física como muitos acreditam, mas uma relação social de valorização do valor. Valorização que ocorre através da exploração de força de trabalho que coloca em movimento meios de produção e, por isso, cria novas mercadorias com uma magnitude de valor maior do que inicialmente investido. Essas mercadorias devem circular, isto é, mudar de propriedade, para que o processo se complete: a compra e venda, na esfera da circulação, realiza um valor sintetizado na esfera da produção.

Cabe destacar dois aspectos:

- a) circulação de mercadorias não é o mesmo que transporte de mercadorias. Este se refere ao transporte físico das mercadorias por diferentes localidades, muitas das vezes com o objetivo de serem comercializadas. A circulação de mercadorias a que nos referimos representa uma mudança de propriedade que, quase sempre, implica em transporte. Contudo, nos interessa também mercadorias que mudam sua propriedade sem sair do lugar, como imóveis, solo urbano, avenidas, etc., circulam sem se mover, mercadorias que se “movimentam” no mercado sem sair do lugar;
- b) o dinheiro é a única forma, a única mercadoria que esteve presente no ponto de partida do modo de produção capitalista (investimento) e no seu ponto de chegada (venda). O dinheiro nessa relação social é uma mercadoria especial, muito além de uma representação quantitativa de troca ou possibilidade de troca universal de mercadorias. No entanto, exatamente por possuir este caráter universal, o dinheiro cria um universo próprio desprendido da esfera produtiva, destacando-se em sua função monetária, ou seja, cria seu próprio mercado onde se compra e se vende dinheiro. Aqui temos as várias figurações de sistema bancário (empréstimo de dinheiro), mercado de capitais e mesmo

mercado de títulos (moedas de crédito). O sistema de crédito se ergue sobre o sistema monetário.

Por conseguinte, o dinheiro torna-se uma mercadoria com qualidade especial e proporções universais, possui a capacidade de adesão de qualquer outra mercadoria, ao mesmo tempo em que desperta seu próprio mercado autônomo. Neste sentido, em momentos de crise do mercado do dinheiro, toda relação social de produção e circulação é afetada, haja visto que o dinheiro expressa o valor das mercadorias.

Ora, se o dinheiro é ao mesmo tempo expressão do valor das mercadorias e uma mercadoria especial, qual é o preço do dinheiro? Juros são o valor pago pelo uso do dinheiro, pelo empréstimo que se realiza, pelo acréscimo de uma espécie de recompensa pelo uso do dinheiro. Medido de forma percentual, temos a taxa de juros como forma de regulação básica do mercado financeiro. Assim, temos uma forma específica de circulação de capital, o capital a juros. O problema é que esta dinâmica assume escalas próprias influenciando as outras esferas do capital na sociedade burguesa. Em países de capitalismo mais avançado, essa dinâmica assume uma centralidade e imperativo no processo de acumulação, através do financiamento da produção futura, mercado de ações, créditos para consumidor etc. Embora possa estar atrelado a uma estrutura produtiva, em dado momento tal dinâmica funciona por si só. É possível mobilizar uma quantidade excedente de capital (dinheiro) e obter ganhos significativos através de juros, sem ao menos ter investido no capital produtivo propriamente dito, ou seja, obter um mais-valor futuro.

Para qualquer empreendimento produtivo em grande escala, particularmente na produção de infraestrutura urbana, exige-se um volume elevadíssimo de investimento que, para realizar o empreendimento, é necessário recorrer ao financiamento. Portanto, a urbanização torna-se central em absorver os excedentes de capital. É neste momento que a definição clássica de capital financeiro se materializa, pois a indústria recorre ao banco para movimentar capital – o papel das instituições financeiras torna-se fundamental.

2. O capital financeiro e a produção do espaço urbano

Desde as décadas de 1970 e 1980, as cidades por todo globo vêm sofrendo transformações exponenciais no que se refere ao seu regime de governança urbana. Tal fato está intimamente atrelado aos processos de globalização do capitalismo, às políticas neoliberais ou ao que David Harvey chama de ajuste espaço-temporal.

Alguns fatos precisam ressaltados. Primeiro que, por conta de mudança na forma da gestão das cidades, o que leva ao “empreendedorismo urbano” (Harvey, 2001: 163-190), novas escalas ganham força nas análises econômicas, principalmente as locais. Deste modo, o capital financeiro negocia investimentos diretamente com o poder local,² sempre objetivando a possibilidade de maximização de atividades pontuais como forma de atração do desenvolvimento capitalista. Segundo, as negociações realizadas entre capital financeiro internacional e poder local expõem abertamente a forma de atuação dos agentes produtores do espaço urbano. Construtoras, instituições financeiras, incorporadoras, empreiteiras e o próprio Estado se articulam nas parcerias público-privadas. "Normalmente, o novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa" (HARVEY, 2001: 172). Os diversos atores, públicos e privados, firmam alianças e estratégias visando à produção do espaço urbano e focando na garantia de ganhos para os investimentos realizados.

A formação da coalizão e da aliança é tarefa muito delicada e difícil, abrindo caminho para pessoas de visão, tenacidade e habilidade (como um prefeito carismático, um administrador municipal talentoso ou um líder empresarial rico) imporem uma marca pessoal sobre a natureza e direção do empreendedorismo urbano, talvez para moldá-lo até para fins específicos (HARVEY, 2001:172).

Quase sempre o resultado desta aliança, atualmente, é a construção de infraestruturas, investimentos visando um empreendimento futuro: vias especiais para um determinado tipo de transporte, comunicações, construção de edifícios para fins administrativos,

² Um exemplo recente no Rio de Janeiro é que o prefeito Eduardo Paes contraiu empréstimo de 2,5 bilhões de reais com o Banco Mundial. Prefeito Eduardo Paes e diretor do Banco Mundial oficializam empréstimo para a cidade, *O globo*, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/prefeito-eduardo-paes-diretor-do-banco-mundial-oficializam-emprestimo-para-cidade-2963455>. Acesso em jul. 2016.

atrações para o consumo e turismo como museus, shoppings, e, sobretudo, segurança. Isso para formar um ambiente urbano atrativo para os negócios.

O resultado, naturalmente, é dar a impressão de que a cidade do futuro será uma cidade apenas de atividades de controle e comando, uma cidade informacional, uma cidade pós-industrial, em que a exportação de serviços (financeiros, informacionais, produção de conhecimento) se torna a base econômica para a sobrevivência urbana (HARVEY, 2001: 177).

A produção desse novo ambiente urbano coloca as cidades numa espécie de competição urbana global. Cada vez mais elas funcionam como uma marca a ser vendida no mercado para atrair fluxos financeiros e produtivos para o espaço urbano, ainda que sob o sacrifício do resto do território nacional. O empreendedorismo urbano, que abre a cidade para investimentos do capitalismo global, além de buscar apoio na produção ou na ênfase de uma identidade local, busca implantar mecanismos de controle da sociabilidade dos indesejados das cidades – os pobres, marginalizados e excluídos. Uma imagem de prosperidade criada a fórceps escamoteia a real estrutura social da cidade. Outra forma de compreender o conjunto de mudanças que vem ocorrendo nas cidades é a análise feita por Neil Smith. O renomado geógrafo afirma que os processos de mudanças mais recentes apontam para uma crise das cidades neoliberais, o que exige um controle muito mais rígido dos ditames dessa forma social de gerir às cidades. Isso é reforçado exatamente pelo desmonte mais profundo do Estado de Bem Estar Social e com as privatizações do espaço público.

O edifício do neoliberalismo teve três pilares centrais: a exaltação do livre mercado econômico como a única moeda de interação social; a concomitante (e parcial) desregulação do projeto keynesiano de provisão de bem-estar e suporte para a reprodução social; e a santidade da propriedade privada junto à progressiva privatização de recursos sociais (SMITH, 2016).

Cabe destacar, nesse contexto, como a globalização serviu de base para o projeto neoliberal. O neoliberalismo destaca-se muito mais por suas características políticas, econômicas e sociais, entretanto, não podemos obliterar a globalização como sua dimensão histórico-geográfica. Nesse sentido, fica evidente como a globalização e o neoliberalismo foram projetos estratégicos de dominação de classe global, tendo como substrato espacial principal as cidades. O espaço urbano é a base de novas atividades

econômicas, particularmente as financeiras e os serviços e com isso tornam-se também *locus* de novos conflitos sociais.

De modo mais geral, a construção e a reconstrução de ambientes urbanos cada vez mais assume um papel central na acumulação de capital em todo mundo. Diferentes cidades experimentam essas reformas urbanas, quase sempre sofrendo espasmos decorrentes da movimentação de capital decorrente dessas reformulações – ora com os megaeventos, como o caso de Nova York, Barcelona, Pequim e, agora, Rio de Janeiro; ora com as sucessivas crises do capital. Desde a década de 1980, a política urbana neoliberal concluiu que a redistribuição da riqueza nos bairros, cidades e regiões mais pobres era inútil, e que, em vez disso, os recursos deveriam ser canalizados para os polos de crescimento empresarial mais dinâmicos (HARVEY, 2012: 70).

As reformas urbanas assumem um expediente capcioso, pois ao mesmo tempo em que a construção de ambientes urbanos é mobilizada para o capital contornar a médio e longo prazo mais uma de suas sucessivas crises, a pretensa panaceia aponta para a acumulação de elementos para amplificar as futuras crises, ou mesmo para o desvelamento de uma crise que não se resolveu. O fato é que a crise do capital possui múltiplas escalas geográficas cujas manifestações são sempre dramáticas para a população mais pobre das cidades.

Para melhor compreender a crise do capital, e portanto, a crise urbana, utilizaremos aqui o procedimento de Harvey que diferencia "três cortes na teoria da crise capitalista", elaborado na obra *Os limites do Capital* (2013). Embora seja uma análise densa e complexa, é fundamental para os objetivos deste trabalho.

O "primeiro corte" na teoria da crise capitalista se refere ao processo básico da superacumulação de capital. A crise capitalista sempre corresponde ao momento da interrupção da circulação de capital. De modo geral, um fator fundamental para a crise capitalista advém do aumento da produtividade na produção de mercadorias. Isto requer investimento tecnológico em meios de produção para aumentar a produtividade e aquecer a concorrência. Tal fato diminui a produção de valor, gerando uma queda tendencial na taxa de lucro. Neste sentido, o capitalismo criou uma base de alta produção onde não há capacidade de investimento. Resultado: crise de

superacumulação. Embora seja muito comum ouvirmos que a crise do capitalismo é apenas uma crise de superprodução e subconsumo, é necessário ter mais cuidado com processos tão complexos. A crise de superacumulação analisada por Harvey passa pelas diferentes esferas da forma social do capital. Assim, destacam-se a superacumulação de matéria-prima, ou seja, estoques excedentes; superacumulação de força de trabalho, desemprego; superacumulação de capital fixo, capacidade ociosa; superacumulação de capital (dinheiro), que se manifesta como inflação e queda dos juros; superacumulação de mercadorias, a superprodução propriamente dita (HARVEY, 2013: 270-271).

O “segundo corte” na crise destaca o papel do crédito, as funções do dinheiro no mercado de títulos e a formação do capital fictício. O sistema de crédito, embora esteja ligado à esfera de produção de valor e a mercadoria universal dinheiro, pode assumir proporções descontroladas e autônomas devido à proliferação de moedas de crédito (representações do dinheiro na forma de papéis, letras de câmbio, títulos, ações etc.). Ou seja, um sistema que possui a capacidade de encontrar diversas maneiras para a circulação de capital, seja através de investimentos futuros, empréstimos, mercado de títulos, etc. torna-se ao mesmo tempo um potencial produtor de instabilidade. Diversos ativos financeiros, como títulos do tesouro, ações etc. tornaram-se nos últimos anos a principal forma de absorção de capital excedente, assumindo até mesmo uma caráter geográfico em sua multiplicação, em virtude da urbanização que pressupõem, como é o caso dos títulos de hipoteca. O capital financeiro, em suas diversas formas creditícias, serve para adiar a crise por meio de antecipação de riquezas futuras. Temos aqui um “ajuste temporal”.

O “terceiro corte”, não menos importante, destaca de modo mais elucidativo o papel do espaço urbano e do capital financeiro para a formação e resolução das crises. Ou seja, através da manipulação do espaço urbano. Este processo, Harvey chama de “ajuste espacial”.

Uma forma de absorver o excesso de capital é investir em infraestrutura urbana a longo prazo, tal medida também absorve o excesso de força de trabalho. Isto tem sido o expediente do desenvolvimento capitalista para as cidades em todo mundo. A manutenção do funcionamento dos equipamentos urbanos – infraestrutura – requer

um gasto exagerado dos orçamentos municipais, um gasto enorme em ambiente construído. É preciso um orçamento constante para a manutenção da infraestrutura básica, o que torna o investimento em infraestrutura urbana uma saída clássica para o excesso de capital. Esse capital acumulado precisa encontrar maneiras de voltar à circulação, por isso a ajuda do Estado se faz necessária. O Estado cria formas de financiamento do consumo para força de trabalho e do ambiente construído das cidades; investimentos sociais como escolas, creches, hospitais, etc. como forma de manter a reprodução da força de trabalho. Num contexto de corte desses gastos, os investimentos tendem a se concentrar em segurança do ambiente construído. Na esteira do financiamento em infraestrutura urbana temos “a menina dos olhos de ouro” do capital financeiro: os investimentos imobiliários. Estes podem ser privados ou envolver diretamente instituições públicas, mas mesmo aqueles que são meramente privados são impactados pelos investimentos públicos, que interferem na renda imobiliária local.

Tudo isso que apresentamos até aqui produz um cenário propício para a construção de ambientes urbanos baseados muitas vezes na expectativa de ganhos futuros sem qualquer base real produtiva a longo prazo. Através do mecanismos de ampliação da renda imobiliária, investimentos podem se tornar “rentáveis” apenas pela valorização de seus títulos de propriedade. Tudo isso constitui, pelo menos nas economias capitalistas avançadas, um vasto terreno de “acumulação por espoliação”, ou seja, um mecanismo em que dinheiro é sugado para a circulação do capital tendo a finalidade de sustentar as imensas fortunas do sistema financeiro (HARVEY, 2014: 226-227). A acumulação por espoliação abre possibilidades para investimentos de capital sobreacumulado cujo resultado é a pilhagem de todo e qualquer recurso, “custe o que custar”, e a privatização de serviços de infraestrutura (água, coleta de lixo, telecomunicações, etc.).

Deste modo, uma das principais saídas que o capital encontra para absorver os excedentes de capital e postergar sua crise é a produção do espaço urbano! Entretanto, todo este processo também favorece a formação de espaços militarizados e o exemplo do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, é emblemático.

3. O caso do Porto Maravilha

Lançado oficialmente em 2010, o Porto Maravilha consiste num projeto de transformações urbanas e infraestruturais para a área portuária do Rio de Janeiro, parte da zona central da cidade. Com duração estimada de 15 anos, o projeto receberá investimentos de R\$ 8 bilhões de dólares, abrangendo uma área total de 5 milhões de m², agregando bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão.³ O projeto previa a reurbanização com reformas nas áreas de mobilidade urbana, residencial, comercial, cultural, etc. Todo esse plano de revitalização objetivava atrair empresas, serviços, atividades de lazer e uma nova camada social. A perspectiva é que haja um salto populacional de 30 mil moradores para 100 mil até o fim do projeto.⁴ Entretanto, para os objetivos desse trabalho, é importante examinar mais detidamente toda a imponência envolvendo o Porto Maravilha, destacando os reais interesses e impactos causados na cidade, trazendo à tona a relação entre capital financeiro, capital produtivo e Estado para o desenvolvimento urbano dessa área. O substrato social desse projeto é mais um exemplo de uma coalizão de empreendedores, políticos, instituições financeiras e arquitetos para promover uma operação de renovação urbana, frequentemente conduzida por corporações de desenvolvimentos semipúblicas (FIX, 2007).

³ Porto Maravilha, *Prefeitura do Rio de Janeiro*, disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/secpar/porto-maravilha>. Acesso em jul. 2016.

⁴ Em obras de revitalização, Zona Portuária ainda não atrai empreendimentos residenciais, *O Globo*, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/em-obras-de-revitalizacao-zona-portuaria-ainda-nao-atrai-empreendimentos-residenciais-14909397#ixzz4FZYau2ET>. Acesso em jul. 2016.



Figura 1: Divisão espacial funcional do projeto Porto Maravilha
 Fonte: PREFEITURA DO RIO, 2016: 17.

Cabe ressaltar que a chamada “revitalização” do porto está diretamente relacionada ao projeto de cidade que vem sendo implantado no Rio de Janeiro num contexto de megaeventos, ou seja, um planejamento estratégico como um novo modelo de planejamento urbano que vem sendo difundido no Brasil. Inspirado em conceitos e técnicas oriundas do planejamento empresarial, o planejamento urbano estratégico deve ser adotado pelos governos locais, em razão de as cidades estarem submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas (VAINER, 2011). Todavia, ampliando a escala geográfica, esse projeto de cidade não necessariamente depende de algum megaevento para sua implementação, pois existem cidades que adotaram essa estratégia urbana sem ao menos sediar algum evento de importância regional ou global. São Paulo, com a operação urbana consorciada da Faria de Lima, é um bom exemplo (FIX, 2007).

Para iniciar o projeto, a prefeitura do Rio de Janeiro, durante a primeira administração de Eduardo Paes, precisou firmar uma série de parcerias público-privadas não somente para garantir a viabilidade do projeto, mas também para atrair os investimentos necessários. O resultado desta parceria implicou no surgimento da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp). Baseada numa lei complementar, cumpre a Cdurp a função de gestora da prefeitura na Operação Urbana Porto Maravilha. Cabe a esta empresa estatal a articulação entre os órgãos

públicos e privados, principalmente entre a Prefeitura e a Concessionária Porto Novo – que executa obras e serviços nos 5 milhões de metros quadrados da Área de Especial Interesse Urbanístico (Aeiu) da Região do Porto do Rio.⁵ A concessionária Porto Novo foi contratada através de licitação pública para aplicar o projeto no prazo estipulado e é um consórcio formado pelas empresas Odebrecht Infraestrutura, OAS e Carioca Engenharia. Toda esta mobilização em torno do projeto Porto Maravilha pode ser sintetizada na chamada Operação Urbana Porto Maravilha que, conseqüentemente amplia a escala de atuação das empresas e reformula o papel do Estado nestas transformações. Essas empresas estão entre as principais construtoras que atuam no Brasil e, na “revitalização” da zona portuária, além das obras de engenharias e construção, tornaram-se responsáveis pela gestão de serviços como a iluminação pública, a coleta de lixo, a limpeza urbana e até mesmo a complementação da segurança. A Operação Urbana Porto Maravilha abrange espacialmente toda área prevista inicialmente no projeto tendo como limites as avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho (Figura 2).



Figura 2: Limites geográficos do projeto Porto Maravilha
 Fonte: http://www.portomaravilha.com.br/mapa_empreendimentos.
 Acesso em jul. 2016.

⁵ CDURP, *Porto Maravilha*, disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/cdurp>. Acesso em jul. 2016.

A Operação Urbana Porto Maravilha possui uma estratégia visando alianças entre o governo nas suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal) e empresários. Neste tipo de aliança sabe-se que os custos ficam em geral sob responsabilidade do Estado e os lucros com a empresas privadas. Em 2010, ano de lançamento do Porto Maravilha, a prefeitura acionou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a liberação de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC's), com o objetivo de atrair recursos para as obras do porto. A liberação dos CEPAC's foi bastante comemorada pelo prefeito sob justificativa de que todos os recursos para as obras na zona portuária não seriam oriundos do tesouro municipal, mas de recursos privados. Na verdade, a forma de investimento através dos CEPAC's permitiu ainda mais as conexões entre a produção do espaço, Estado e capital financeiro.

Os CEPAC'S são títulos que autorizam seus possuidores a construção em áreas de revitalização urbana. É uma forma de garantir rentabilidade e segurança financeira para o investimento. Porém, como o Porto Maravilha ainda não possuía a confiabilidade necessária aos olhos dos investidores, a Caixa Econômica Federal entrou na operação como mediadora, comprando todos os títulos disponibilizados pela prefeitura para a viabilização do projeto.⁶ Sob o risco de desvinculação entre a produção e a demanda, devido à falta de confiança no projeto, foi o governo federal, através da Caixa Econômica, que garantiu a circulação dos títulos, um expediente típico do capital de tipo fictício, que se movimenta sem levar em conta a realização do valor das mercadorias, a não ser a longo prazo (FIX, 2007). Toda verba investida pela Caixa Econômica Federal advém do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e tais práticas de securitização vem ganhando relevo no Brasil, quase sempre amparada pelo Estado.

Com essa preocupação inicial acerca da rentabilidade dos investimentos do Porto Maravilha, governo federal e municipal se articularam ainda de outras maneiras, não apenas através da compra direta dos CEPAC's pela Caixa Econômica, mas também pela mobilização de fundos de investimentos imobiliários administrados por este banco federal para a participação em empreendimentos privados. Por exemplo, um fundo da

⁶ Caixa libera R\$ 877 milhões para obras do Porto do Rio, *O Globo*, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/caixa-libera-877-milhoes-para-obras-do-porto-do-rio-2945458>. Acesso em jul. 2016.

Caixa se associou a Fibra Experts Empreendimentos Imobiliários, uma incorporadora de um braço financeiro do conglomerado Vicunha (grande grupo empresarial que possui uma *holding* que administra a Companhia Siderúrgica Nacional), para construir edifícios empresariais de alto padrão na área em “revitalização”.⁷ Também um fundo de investimento imobiliário da Caixa se associou ao grupo *The Trump Organization* para a construção de um grande conjunto de torres de escritório na zona portuária. De propriedade do atual presidente dos EUA, a parceria do grupo com a Caixa Econômica está sob investigação.⁸ Isso revela um novo padrão de parceria público-privada, por meio de obscuros mecanismos financeiros.

Além dessas parcerias público-privadas, vários empreendimentos privados foram anunciados na área do Porto Maravilha, alguns deles procedendo de fundos internacionais, como o Edifício Vista Guanabara, realizado pela *GTIS Partners* e pelo *Autonomy Investimentos Imobiliários*.⁹ Este último é um fundo de investimento imobiliário inglês e a primeira, sua associada num dos primeiros edifícios inaugurados naquela área, é um grande fundo de investimento norte-americano. São fundos gestores de várias empresas, que atuam em diversos segmentos e têm enxergado nos investimentos urbanos um potencial mercado, graças aos diversos rendimentos imobiliários (lucros, juros, renda). Com atuação nas principais cidades brasileiras e do mundo, esses fundos demonstram a globalização da produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro, cuja viabilização é realizada pelo Estado em suas diversas esferas, mas principalmente pelo poder local.

É importante sublinhar que este processo abre a possibilidade para um fenômeno que vem ocorrendo em várias cidades do mundo, trata-se da *gentrificação*. A gentrificação representa uma parte estratégica do “novo urbanismo global”, em que áreas degradadas dos centros urbanos tornam-se atrativas para empreendedores imobiliários e o capital

⁷ Fibra fecha parceria com fundo imobiliário do FGTS, *Valor Econômico*, disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/2669538/fibra-fecha-parceria-com-fundo-imobiliario-do-fgts>. Acesso em: jul. 2016.

⁸ Procuradoria investiga irregularidades em negócios de Trump no Brasil, *Folha de São Paulo*, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1827319-procuradoria-investiga-irregularidades-em-negocios-de-trump-no-brasil.shtml>. Acesso em jul. 2016.

⁹ Realizadores, *Vista Guanabara*, disponível em <http://www.vistaguanabara.com.br/realização.html>. Acesso em jul. 2016.

financeiro e novos grupos sociais passam a morar ou consumir naquele local. Em geral o Estado comparece como o principal catalisador do processo de gentrificação, mesmo que sua atuação não seja pioneira na área em vias de “recuperação”, como ocorreu com o bairro do Soho em Nova York (SMITH, 2006). Com o Porto Maravilha, fica evidente que temos uma participação estatal desde a origem: o próprio poder público estimula a mudança de conteúdo social em determinada fração do centro do Rio de Janeiro. Embora as transformações em curso possuam elementos parecidos com o ocorrido em outras cidades do mundo, ainda achamos antecipado afirmar que a transformação do Porto possa ser definido como gentrificação.¹⁰ Entretanto, com essa finalidade de “revitalização”, torna-se evidente o papel que assume o aparato de segurança, o controle social direto e a militarização do espaço urbano. Numa área voltada para o investimento global, cuja pretensão é servir de consumo, turismo e lazer para as classes médias através museus de referência internacional e aquário *hi-tech* e que deveria também atrair moradores desse grupo social, o controle sobre “as classes perigosas” torna-se uma necessidade para a consolidação da gentrificação. Ainda mais porque na área delimitada para a “operação urbana” localizavam-se várias ocupações de sem-tetos e algumas favelas.

4. Porto Maravilha e segurança pública

O medo generalizado da violência tem colocado na ordem do dia a questão da segurança pública e isso ganha ainda mais eco quando as cidades se preparam para os megaeventos. É exigido que o Estado mobilize oficialmente todo seu aparato armado, tentando estabelecer um controle rigoroso e ostensivo do território. Nas áreas voltadas para os projetos de recuperação urbana, isso é ainda mais reivindicado, pois o controle sobre as “classes perigosas” se confunde diretamente com a garantia de retorno dos

¹⁰ É preciso ter cuidado com as comparações dadas as diferentes realidades locais: “Seria um erro considerar o “modelo nova-iorquino” como uma espécie de paradigma, e medir o processo da gentrificação em outras cidades pelos estágios que foram lá identificados. Não é isso o que estou sugerindo. Por ser um expressão de relações sociais, econômicas e políticas mais amplas, a gentrificação em uma cidade específica irá exprimir as particularidades da constituição do seu espaço urbano (SMITH, 2006: 74).

investimentos. Portanto, a reestruturação urbana, a gentrificação e a securização¹¹ têm sido os principais processos que acompanham o *modus operandi* do capital financeiro nas cidades.

A segurança pública na cidade do Rio de Janeiro é assunto bastante tenso. Temos uma segurança pública baseada no confronto armado direto, seguindo uma metáfora de guerra cujo foco é exterminar o inimigo. A construção da política de segurança militarizada baseia-se sobretudo na política de guerra às drogas, e também aqui a base da própria concepção da “segurança pública está intrinsecamente ligada a noção de ordem” (MELGAÇO, 2010). A sensação de insegurança, a delimitação de grupos sociais alvos da polícia e o próprio medo na cidade se manifestam de diversos modos atualmente.

Primeiro, a criminalização dos pobres intitulados como “inimigos” da ordem. Quase sempre estes são negros e moradores das favelas, ou seja, há uma determinação étnica e espacial dos inimigos. Eles formam as “classes perigosas”: “nesta ‘guerra’, a identificação do inimigo obedece a critérios geográficos, sociais e raciais, que impõe às camadas mais miseráveis da população a triste generalização entre pobreza, raça e crime” (RIBEIRO, DIAS e CARVALHO, 2008: 8).¹²

Segundo, como parte desta lógica, mas atualizada em função das necessidades atuais, a política de enfrentamento direto da criminalidade, que deixa mortos por todos os lados, sobretudo entre os negros e favelados, é complementada por uma política de “controle territorial”, isto é, a chamada “pacificação” de áreas que são consideradas como o

“Nas áreas voltadas para os projetos de recuperação urbana, o controle sobre as “classes perigosas” se confunde diretamente com a garantia de retorno dos investimentos.”

¹¹ “Propõe-se aqui o conceito de “securização urbana”, fazendo um reinterpretação da palavra francesa *sécurisation*, para designar o processo de implantação de objetos e formas urbanas voltado a busca por algum tipo de segurança. Estão agrupadas assim, nesse único termo, todas as arquiteturas do medo da violência, pois ele se refere tanto à criação de espaços da exclusividade quanto a informatização do cotidiano para fins de segurança. Cabe, todavia, a ressalva de que *securizar* não significa necessariamente tornar um local mais seguro, visto que o termo concerne apenas à implantação de objetos motivada pelo anseio por segurança, não à garantia de eficiência dos mesmos (MELGAÇO, 2010: 67-68).

¹² “As políticas de segurança pública na verdade, culpam os pobres pela violência urbana ao mesmo tempo em que os criminalizam” (SOUZA, 2006: 154- 157);

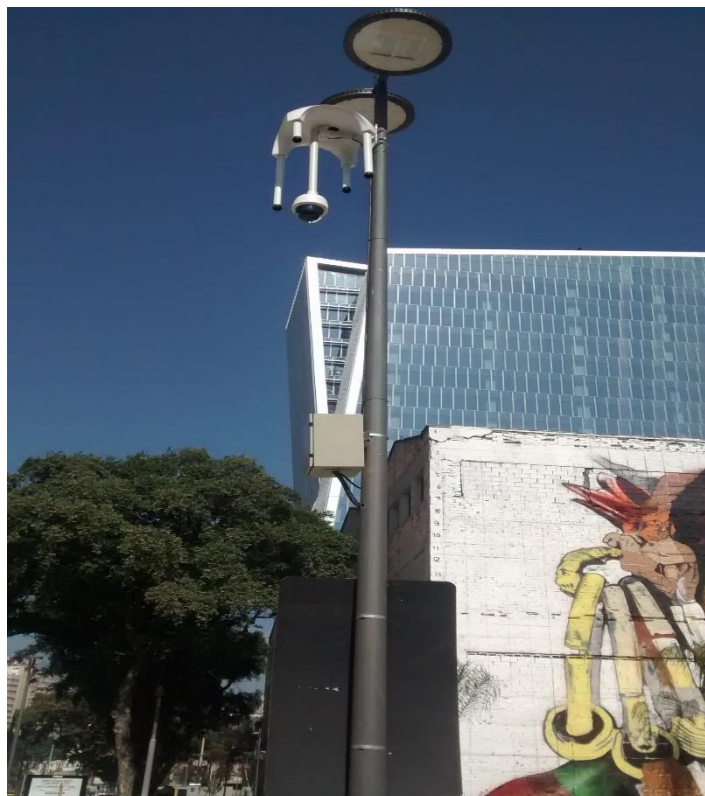
redução da violência, de onde se desdobraria a violência que afeta o restante da cidade. Embora sejam duas políticas de segurança distintas, muitas vezes elas se confundem, principalmente na instalação das “unidades pacificadoras”, com “megaoperações” que implicam diretamente numa prática de extermínio e no exacerbado aumento dos atos de resistência.

Terceiro, no “asfalto”, como ampliação da política de segurança, criam-se mecanismos de controle cada vez mais rigorosos, tecnologicamente avançados, para prevenir os crimes ou identificar e punir os criminosos.¹³ Por isso, cada vez mais entra no planejamento dos empreendimentos urbanos a questão da segurança. No entanto, quando estes produtores do espaço pensam a segurança como mais uma mercadoria, o contexto social embutido nesta mercadoria produz a separação espacial entre ricos e pobres, por meio do enclausuramento e de um transbordamento do controle sobre toda a cidade, através da formação dos espaços vigiados e securizados.

Esta dualidade econômica e geográfica existente da cidade contemporânea se intensificou, mas também foi endurecida pela infusão política de um novo regime de segurança. Comunidades fechadas, enclaves e loteamentos para os ricos, juntamente com a florescente segurança privada e transporte, são a forma para mais e mais 'urbanitas' ricos; reforço na polícia patrulhando o espaço público, vigilância, contenção e a militarização do policiamento onde antes não estava militarizado são as novas normas para muito dos pobres [das cidades] (SMITH, 2016: 11).

Essa reflexão é importante para facilitar nossa compreensão desse processo no Porto Maravilha, pois é exatamente isso que vem ocorrendo na antiga zona portuária carioca. Câmeras de segurança foram instaladas nos principais pontos do porto (Fotografia 3), pois uma das atribuições do consórcio administrador daquela área é a contribuição com a segurança urbana. Um centro de operações para o controle de tráfego, segurança e ordem urbana foi criado pela concessionária, atrelando suas funções ao Centro de Operação da Prefeitura do Rio.

¹³ Mudanças arquitetônicas para incorporar essas tecnologias, visíveis nas diversas paisagens do mundo, têm ocorrido mais em razão do medo da violência do que do crescimento da violência real. Isso acontece porque o sentimento generalizado de insegurança não é necessariamente proporcional aos riscos (MELGAÇO: 2010).



Fotografia 1: câmera de monitoramento próxima ao Edifício Guanabara, Porto Maravilha.
Foto de Thiago Sardinha, julho de 2016.

Além das câmeras de segurança espalhadas pelas ruas do Porto Maravilha – que durante os Jogos Olímpicos somavam mais de 1.400¹⁴, a segurança no local conta diretamente com diversos agentes públicos: membros da Guarda Municipal, policiais militares que realizam patrulhamento regular e os novos guardas do programa Centro Presente. O programa Centro Presente é um reforço da segurança por meio de uma parceria público-privada, já que seus guardas são pagos pelo Sistema Fecomércio e foram autorizados pelo governo estadual a operar em parceria também com a Prefeitura do Rio. São membros dessa força policiais reformados ou ativos (em folga) e egressos das forças armadas. Não coincidentemente, o mesmo perfil das milícias que atuam em alguns territórios da cidade do Rio de Janeiro. Atuando também em outros bairros da cidade, esse programa foi inspirado no projeto *Tolerância Zero* do prefeito de Nova York,

¹⁴ Segurança na região portuária para Olimpíada terá 500 agentes e 1.400 câmeras, *Estadão*, disponível em: <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,seguranca-na-regiao-portuaria-para-olimpiada-tera-500-agentes-e-1400-cameras,10000065849>. Acesso em jul. 2016.

Rudolph Giuliani (1994-2001).¹⁵ Além de garantir pelo menos a sensação de segurança, o projeto também prevê a “higienização dos bairros”, ou seja, a retirada de moradores de rua. Tal fato já pode ser registrado na cidade maravilhosa, pois somente em um ano foram mais de 20 mil moradores de rua recolhidos pelo programa somente no Centro Antigo do Rio, o que inclui parte da área portuária.¹⁶ Um dos principais locais de patrulhamento no Centro do Rio é exatamente o *Boulevard Olímpico*, inaugurado na zona portuária para os Jogos Olímpicos e onde os guardas do Centro Presente circulam principalmente por meio de bicicletas.

Além de todos esses agentes, poderíamos acrescentar a Polícia Federal, que embora não tenha a prerrogativa do policiamento urbano, tem a sua sede principal na cidade exatamente na área portuária. Isso já compõe um quadro de controle estatal rigoroso sobre uma área em processo de “revitalização”. Entretanto, o mais importante ícone da segurança pública carioca nos últimos anos, símbolo que ganhou a atenção internacional graças aos eventos na cidade, também comparece na zona portuária: a Unidade de Polícia Pacificadora.

A segurança do projeto Porto Maravilha também conta com uma UPP, localizada no morro da Providência, uma das favelas mais antigas do Rio de Janeiro, e que possui como missão também patrulhar o entorno da comunidade.

As UPPs são um projeto da secretaria de segurança do estado do Rio de Janeiro. O programa engloba parcerias entre os governos e, como sempre, parcerias com a iniciativa privada.¹⁷ Atualmente são 38 UPP's instaladas com mais de 9 mil policiais atuando, sendo responsáveis pelo policiamento de uma área total de quase 10 milhões

¹⁵ “De Nova York, a doutrina de “tolerância zero”, instrumento de legitimação da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda -- a que se vê, a que causa incidentes e desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente de incômodo tenaz e de inconveniência --, propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante. E com ela a retórica militar da “guerra” ao crime e da “reconquista” do espaço público, que assimila os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a invasores estrangeiros -- o que facilita o amálgama com a imigração, sempre rendoso eleitoralmente” (WACQUANT, 2011: 38).

¹⁶ Operações Segurança Presente completam 1 ano, *Jornal do Brasil*, disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2016/12/01/operacoes-seguranca-presente-completam-1-ano/>. Acesso em jul. 2016.

¹⁷ Rio firma convênio para captar investimentos privados para UPPs, *Último Segundo*, disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/rio-firma-convenio-para-captar-investimentos-privados-para-upps/n1237759529849.html>. Acesso em jul. 2016.

de m². Um policiamento teoricamente orientado para a prevenção da violência juntamente com um trabalho de aproximação entre polícia e a comunidade.



165

Fotografia 2: Posto fixo do Centro Presente na área portuária, Praça Mauá. Fotografia de Thiago Sardinha, julho de 2016.



Fotografia 3: Agentes do centro presente patrulhando de bicicleta. Fotografia de Thiago Sardinha, julho de 2016.

Entretanto, o esforço da política de segurança do estado para a instalação das UPP's sob a luz de uma paz a qualquer custo revela que atuação policial não possui nada de inovador. Na verdade, seu *modus operandi* insiste nas velhas práticas e nos velhos conteúdos. Assim permanecem as arbitrariedades policiais em suas ações e permanece a truculência, mas agora respaldada na opinião pública que facilmente foi ludibriada pelo discurso da “pacificação”. Encarregada de policiamento numa área de 133 mil m², abrangendo os bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo, parte da área do Centro do Rio e a zona portuária, as denúncias feitas por moradores por causa do abuso policial, autos de resistência e operações desastrosas têm sido a marca da UPP da Providência. Um dos aspectos particulares dessa Unidade, entretanto, é o fato de que muitas denúncias de abuso e violência policial são o resultado das remoções realizadas no local, visando as obras do Porto Maravilha.¹⁸ A militarização dessa favela e o controle das áreas ao redor são parte, portanto, da estratégia de viabilização da “revitalização” do porto.

5. Breve conclusão

Diferentes cidades do mundo passaram ou vêm passando por transformações urbanas orientadas pelo capital financeiro. Os principais investimentos guiados por essa forma avançada do capital não utilizam o território das cidades, apenas criam ambientes favoráveis ao negócio em áreas seletivas, “estratégicas”, de modo que sejam lucrativas ou rendam juros para os agentes produtores do espaço urbano, na maioria das vezes mobilizando parcerias público-privadas. Trata-se de uma aposta em ganhos futuros que muitas vezes não conseguem se apoiar em um crescimento econômico real. Os resultados quase sempre são a crise fiscal dos governos locais e uma ampliação da crise econômica. A atual desaceleração de obras, o cancelamento de empreendimentos e a oferta de imóveis que não encontram compradores no Porto Maravilha parecem indicar que seguimos esse caminho. Entretanto, para isso, de qualquer modo, tivemos por aqui uma “higienização” do entorno empreendido e, sobretudo, a militarização do espaço

¹⁸ Declaração de Beltrame sobre remoções revolta moradores nas comunidades do Rio, *Jornal do Brasil*, <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/12/15/declaracao-de-beltrame-sobre-remocoes-revolta-moradores-nas-comunidades-do-rio/>. Acesso em jul. 2016.

urbano. Essa zona “estratégica” da cidade, devido ao aparato de segurança mobilizado, foi transformada, de certo modo, numa “prisão a céu aberto”.

6. Referências bibliográficas

FIX, Mariana. *São Paulo: cidade global?* São Paulo: Boitempo, 2007.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. *Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Para entender O Capital, livros II e III*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MELGAÇO, Lucas. *Securização Urbana: da psicoesfera do medo à tecnosfera da segurança*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo - USP, 2010.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global*. In: Bidou-Zachariasen, Catherine (org). *De volta à cidade*. Editora: Annablume. São Paulo, 2006.

_____. *¿Ciudades después del neoliberalismo?* Disponível em: <http://macba.es/PDFs/neilsmith.pdf>. Acesso em jul. 2016.

PREFEITURA DO RIO. *Projeto Porto Maravilha*. Disponível em: <http://www.ademi.org.br/IMG/pdf/doc-876.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Fobópole: O medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

VAINER, Carlos. *Pátria empresa e mercadoria*. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso*. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

WACQUANT, Loïc. *Prisões da Miséria*. São Paulo: Editora Zahar, 2011.